

O 'LABORATÓRIO' DE MENDES CORREIA GEO-HISTORIOGRAFIA DO PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO DA 'CULTURA CASTREJA' NA TERCEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

José Ramiro Pimenta (Dep. Geografia da FLUP)

O português actual é dolicocefalo, ortocéfalo (quase camecefalo), metriocéfalo (quase acrocéfalo), levemente eurimetópico, de buraco occipital mesossema (quase megassema), leptoprósopo, cameconco ou mesoconco, leptorrínico, fenozigico (quase criptozigico), mesostafilino (quase leptostafilino), ortognata e megalocéfalo.

A. A. M. Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 1924, p. 327

1. Um programa 'antropo-sociológico' de pesquisa científica.

A descrição em epígrafe nada dirá aos cultores da geografia de hoje, mas foi enunciada por um dos primeiros geógrafos universitários em Portugal e introdutor do ensino daquela disciplina na primitiva Faculdade de Letras do Porto (GARCIA & PIMENTA 2004). E soa um tanto estranha aos ouvidos de hoje, porque pertence a um programa de pesquisa, hoje quase desaparecido mas que, com raízes fundas nos últimos anos do século dezanove, fez moda nos primeiros anos do século seguinte, a *antropogeografia*.

Convém, no entanto, distinguir duas modalidades, ou duas expressões distintas no seio do programa da *antropogeografia*: uma, inicial, em que a geografia 'naturaliza' preferencialmente a linguagem com que *descreve* os fenómenos de geografia humana e outra, posterior, em que *prescreve* a sua aplicação. Essa distinção serve-nos também para confrontar historicamente os momentos políticos e ideológicos da sua formulação. Não é mesmo sem razão que se poderia ver na segunda dessas expressões uma radicalização dos pressupostos expressos na primeira delas. A oposição entre estas duas margens *descritiva* e *prescritiva* do programa 'antropológico' da geografia humana pode, com algum simplismo, fazer-se corresponder, no contexto da história de Portugal, por um lado, com os momentos finais de crise da ideologia liberal (PIMENTA 2004) e, por outro, com os momentos de revitalização do nacionalismo das primeiras décadas do século vinte, especialmente nas décadas de vinte e trinta, momento em que também a nível internacional, a geografia 'vai mostrar as garras'.

Gostaria, neste momento, de deixar explícita uma cautela interpretativa. O contexto ideológico e epistemológico em que Mendes Correia inclui a sua 'geografia pré-histórica' é de uma especial complexidade. Os anos vinte e trinta vêem aparecer ideologias racialistas e racistas que atravessam muitos quadrantes políticos e quase todos os aspectos do conhecimento humano. Mais tarde, a eles se deverão algumas das mais extremadas formas de violência social que a Europa e Portugal conheceram. Não é, portanto, uma historiografia

que se possa fazer de uma maneira leviana ou superficial. Por outro lado, não é também minha intenção proceder a um ajuste de contas com o passado da disciplina da geografia, ou da arqueologia, nem promover a avaliação do carácter de pessoas ou instituições específicas. O meu propósito é outro: é contribuir para uma história da ciência que, *justamente porque reconhece que a ciência não é nunca uma actividade neutral, se sente na obrigação de explicitar o modo como pode estar sujeita a inflexões com origens ideológicas evidentes* (cf. BOURDIEU 2004: 9).

Em Mendes Correia não existem dúvidas da validade *prescritiva* da extensão biologistica a todos os fenómenos humanos. A intenção deste artigo é justamente demonstrar que a sua 'geografia pré-histórica' de Portugal é não só uma apresentação prática deste tipo de pensamento científico, como se engloba num projecto mais vasto de *prescrição social*. A pré-história de Portugal é por assim dizer o *fundamento temporal* de um programa de 'reabilitação nacional' que inclui o presente e se estende na direcção do 'Futuro'... À versão científica desse programa dá Mendes Correia o nome de *antropo-sociologia*, ciência que, na sua opinião, 'virá um dia a ser considerada de alta importância' entre todas as outras (CORREIA 1919: 26), porque

nasce de uma lei suprema da vida que estabelece as conexões entre o ser físico e o ser pensante e em acção. É o ramo do saber que estuda os traços unitivos entre o homem animal e vegetativo e o homem social (CORREIA 1919: 15).

Não é sem dificuldades a tarefa da 'antropo-sociologia', nem Mendes Correia as pretende ignorar. São elas, fundamentalmente, de dois géneros: internas, no que diz respeito à complexidade que atribui à parte do programa propriamente científico; e externas, no que se refere à alegada 'incompreensão' de que goza esta ciência entre alguns elementos da comunidade científica (cf. GARCIA 2003: 197 e RIBEIRO 2001: 49).

A primeira daquelas duas dificuldades é, para Mendes Correia, apenas resultado da juvenildade da disciplina, considerada enquanto ciência de pleno direito, associada à grande complexidade dos parâmetros que se devem tomar em consideração para uma justa caracterização causal dos fenómenos antropo-sociológicos. Porém não se julge o atraso insuperável, nem a tarefa irrealizável. Se o 'determinismo dos fenómenos sociais excede em complicação o dos fenómenos biológicos, já de si obscuro' não vai tão longe, a ponto de levar os 'grandes espíritos a considerá-lo insolúvel ou a proclamar que a história e a vida social não resultam de um encadeamento lógico de causas (CORREIA 1919: 24).

Se o estado da jovem ciência ainda não permite a apresentação completa do 'fio da evolução do espírito' não é porque a disciplina não seja válida, antes porque alegadamente teria vindo a ser aplicada incorrectamente. E tê-lo-ia sido, desde logo, pela simplificação abusiva de atributos isolados, como o haviam feito os investigadores do século dezoito no contexto da frenologia, ou em tempo mais próximo do do autor, os que, 'cegos pela

dolicocefalia germânica, não [vêem] na raça outros caracteres' (CORREIA 1919: 12). Para Mendes Correia, porém, é claro que somente

um conjunto de caracteres físicos, permitindo estabelecer nitidamente um tipo antropológico, poderá esclarecer com probabilidade o investigador sobre o modo de ser íntimo e o valor social dum agregado humano. (...) Urge reformar o método antro-sociológico: não é apenas com um carácter antropológico isolado que devem relacionar-se os factos sociais, mas com o conjunto de caracteres, com a distribuição dos tipos, das raças (CORREIA 1919: 15-16 e 28).

A segunda das duas dificuldades é, para Mendes Correia, o grau elevado de desconfiança que uma ciência assim definida fez surgir no interior da comunidade científica. O descrédito que a rodeia é, para o investigador, injustificado, e tem apenas origem na identificação que alguns fazem, alegadamente de uma forma injusta, entre a antro-sociologia e algumas versões mais estridentes de pangermanismo (CORREIA 1919: 9). Neste passo, pode ver-se alguma circularidade tautológica no pensamento deste investigador, alguma intrusão, consciente ou inconsciente, de valores propriamente metacientíficos na estruturação da sua teoria científica, e que trazem para montante da marcha teórica, aquilo que, a existir, não poderia situar-se senão no fim dela: a *hierarquização racial*. Se, por um lado, como quando descreve o processo histórico da afirmação do arianismo no seio da disciplina da antropologia, Mendes Correia não nega que a ciência possa ser palco de formulações 'para-científicas' que pretendem servir outros interesses que não o do 'conhecimento humano', nomeadamente através da caracterização sistemática do tipo físico da 'raça superior' como 'dolicocefalo alto e louro', presente nos escritos de Gobineau ou Lapouge, e à desastrosa confusão que se estabeleceu entre antro-sociologia e pangermanismo, de que provém em grande parte o desfavor com que até nos meios cultos dela se fala', não deixa, por outro lado, de intimamente reconhecer que não podem contestar-se 'altas faculdades à raça nórdica' (CORREIA 1919: 12) e que não se pode 'fundadamente negar uma certa hierarquia mental e social das raças, que seria negar uma flagrante realidade' (CORREIA 1919: 14). Não é pois o axioma da desigualdade das raças que perturba a construção da teoria antro-sociológica de Mendes Correia, mas antes a constatação de que os autores que se apressaram a fundamentá-la em escassos parâmetros antropológicos prestaram por isso mesmo um mau serviço à própria ciência da antro-sociologia. Não basta buscar uma série aleatória ou intencionalmente escolhida de parâmetros que sirvam a defesa de uma determinada ideologia para-científica. Esse modo de ver 'traria a destruição da antro-sociologia, pelo menos da antropologia baseada nos actuais estudos de antropologia étnica, se (...) nós não descortinásemos por trás da sua aparente passividade plástica, a história secular dum tronco genealógico, dum multidão de seres humanos, vivendo no mesmo ambiente telúrico e social...' (CORREIA 1919: 17).

Esta última referência ao ‘ambiente telúrico e social’ permite que nos interroguemos sobre qual será, na visão de Mendes Correia, o papel da geografia no contexto de uma ciência de base racial como é a antrope-sociologia. Por um lado, é evidente que o meio, a *influência mesológica*, tem lugar entre os factores determinantes da evolução de uma raça: para este investigador, e por muito ‘que custe ao seleccionismo exclusivo anti-lamarckista’, um tipo físico de raça é a *concretização palpável de um passado longo de influências mesológicas*’ (CORREIA 1919: 17-28). Na sua opinião, se as influências mesológicas não têm sido devidamente incorporadas no estudo da antropologia, a razão deve-se principalmente ao facto daquele ‘longo passado’ não poder ser em detalhe compreendido pelos documentos actuais. Mas é a questão é de *facto* e não de *regra*. E, citando Raztel, parece defender que a recusa ostensiva em integrar as influências mesológicas é que pode justamente ‘essencializar’ o papel exclusivo que é atribuído à hereditariedade genética:

São tão difíceis os problemas da história relativos à sucessão dos meios que em geral os afastam sumariamente, invocando uma pretendida diferença essencial do que chamam as ‘raças’. Depois de se ter procurado compreender as influências imediatas actuando de uma maneira evidente, atribuem-se de bom grado todos os outros traços do carácter nacional à presumida raça. Mas o que é a própria raça [...] senão o produto dos meios anteriores multiplicando-se infinitamente, durante todo o período que decorreu desde a aparição [...] do género humano? ¹

O que já não pode compreender-se é o modo como, depois de citar, com concordância, a autoridade do mais ilustre nome da antropogeografia, Mendes Correia se contradiga tão depressa, e passe a defender, configurando uma tautologia evidente no seio da sua teoria antrope-sociológica, que ‘*perdidos os documentos* relativos à formação das raças, a antrope-sociologia tem de aceitar *em bloco* [a influência da raça], sem se extraviar nas nebulosas das origens, e tem de a considerar como entidade antropológica, psicológica e social (CORREIA 1919: 18-19 [s.n.])’. Ora, a procura daqueles *documentos* é que seria a fase ‘descritiva’ da antrope-sociologia, mais especialmente a sua parte ‘geográfica’.

É esta tautologia que permite constatar que a antrope-sociologia de Mendes Correia é de feição mais nitidamente *genética* e não tanto *ambiental*. Esta poralização adequa-se justamente àquela outra que acima tínhamos enunciado entre uma expressão *prescritiva* e *descritiva* do programa da antropogeografia. No equilíbrio entre ambas, e ainda mais do desequilíbrio, tem origem o carácter mais ‘agressivo’ da fase final da antropogeografia. Não é impossível, de resto, detectar neste ‘deslizamento’ de uma margem a outra deste *continuum* do programa antropogeográfico na disciplina da geografia uma feição ‘paradigmática’: a incapacidade que a versão ‘branda’ demonstrou em dar conta dos ‘dos complexos factores telúricos e sociais’ levou a que a raça se erigisse ‘em certa altura consubstanciando todo esse determinismo e constituindo o termo aparente duma evolução’

(CORREIA 1919: 20-21). A nova versão, mais ‘dura’, do programa antropogeográfico, não deixa de considerar o meio um elemento central da evolução de todos os seres vivos, incluindo nessa vasta biogeografia, a espécie humana, e as suas expressões múltiplas, os tipos físicos das diversas raças. Mas ao retirá-lo do campo de intervenção da teoria, deixando de considerá-lo enquanto *objecto científico*, a antropogeografia permite que a raça se essencialize e passe a deter uma autonomia no seio da teoria científica, uma visibilidade motivada, que faz que nela sejam centradas as teorias, as técnicas e os instrumentos de medição e experimentação. Ao adquirir uma ‘qualidade’ independente do ambiente, a raça passa a deter uma lógica ‘interna’ de funcionamento:

[N]ada autoriza a supor que, colocadas em iguais circunstâncias, elas [as diversas raças] apresentem a mesma feição sociológica. Raça pressupõe, como vimos, um passado especial, um condicionalismo anterior distinto (...). Sobre o momento actual há o peso formidável da hereditariedade de séculos, há o legado colossal de gerações diversas. Se o meio fosse onnipotente *não haveria tipos físicos estáveis*. A hereditariedade é o *mais forte princípio vital* (CORREIA 1919: 19-20 [s.n.]).

Em conclusão: será justamente na superação das duas ordens de dificuldades atrás definidas que Mendes Correia entende que entorpecem a antro-po-sociologia que, no seio de uma antropogeografia crescentemente ‘racializada’, e onde a geografia, entendida como mesologia cada vez contará menos, irá consistir a tarefa ‘nacional’ a que se propõe. ‘Ensaaiemos determinar, tanto quanto possível seja, o papel dos factores antropológicos na formação, evolução e futuro da nacionalidade portuguesa (CORREIA 1919: 28).’ E é no contexto dessa tarefa ‘nacional’ que, como veremos a seguir, a arqueologia pré-histórica, e especialmente a da chamada ‘cultura castreja, deterá um papel essencial.

2. A etnogenia da ‘raça portuguesa’: antropologia física, arqueologia e história.

Fundamentos da nacionalidade

No contexto da edificação de uma antro-po-sociologia do povo português, Mendes Correia consagra uma parte importante do seu esforço de investigação à sua caracterização etnogénica. A questão das origens de Portugal atravessara, candente, a segunda metade do século dezanove, quando, em resposta à tese ‘política’ de Alexandre Herculano, vários autores pretenderam demonstrar filiações as mais diversas que pudessem fundamentar as origens de Portugal em causalidades anteriores à vontades dos barões portugalenses.² Na

¹ A citação é de F. Ratzel, *Völkerkunde*, tomo 2.º, p. 5, *apud* A. M. Correia (1919: 18).

² São inúmeros os nomes da historiografia portuguesa que, nesta época, se dedicaram a este tema; Jaime Cortesão, António Sérgio, Mendes Correia, Damião Peres, Paulo Merêa, Torquato Sousa Soares, Orlando Ribeiro. Para uma versão recente do problema cf. V. M. Godinho (2004).

primeira metade do século que seguiu, o fervor da polémica sobre as origens de Portugal não diminuiu, antes o contrário, conheceu novos protagonistas e foram apresentadas teses inovadoras. A fundamentação racial da nacionalidade, de Mendes Correia, foi mais uma contribuição para o debate.

Mendes Correia não desvaloriza absolutamente a tese de Herculano. Porém inclui-a numa ‘temporalidade’ mais longa, que a preparou e lhe permitiu uma exteriorização eficiente: a autonomia política, no século onze, não foi um acontecimento fortuito mas determinado, porque

se é certo que no encadeamento dos factos que antecederam a autonomia política, nem sempre é possível distinguir com nitidez o poder das forças naturais que a determinaram, não é menos certo que essas forças existiram e que, com um terreno predisposto, apenas coube ao conde Henrique canalizá-las num sentido claro e interpretá-las dum modo efectivo (CORREIA 1919: 32).

Esta noção do ‘grande homem’ como interpretação de um sentimento popular, de uma personagem como ‘retrato do génio de um povo’, capaz de o liderar porque deduz num só o sentimento de todos, é um ‘trope’ narrativo que não é exclusivo nem inovador em Mendes Correia, que está presente em outros momentos da historiografia da nacionalidade. A história liberal do século anterior faz-se-lhe referência, incluindo o próprio Herculano, e tem uma expressão muito explícita em Oliveira Martins (e.g. HERCULANO 1986: 111-112 e MARTINS 1994: 213. Cf. CATROGA 1998: 179).

O que em Mendes Correia é talvez diferente dos autores que lhe antecederam, é a intenção de demonstrar, como se depreenderá da curta síntese que irá ‘fazer sobre as origens antropológicas do povo português’, que esse *génio* ou *alma* do povo português tem uma expressão *biológica* muito distinta: uma marca étnica sustentada numa *longue durée* da evolução da raça, que ‘desde muito, este núcleo de população, de relativa homogeneidade, marcara fortemente a sua individualidade étnica e nacional’ (CORREIA 1919: 32).

O autor tem, contudo, o cuidado de não desvalorizar o momento, historiograficamente simbólico da fundação de Portugal no século onze. Esse, e nenhum outro, é o momento de afirmação da ‘Nação’, *terminus post quem*, a partir do qual ‘o que fora uma consequência, converte-se também em factor adjuvante’. Porém haveria que determinar quais as ordens de causalidade anteriores que propiciaram ou mesmo precipitaram essa fundação – as modalidades mais antigas de *exteriorização* da nacionalidade. Para sustentar a sua narrativa de origem da nacionalidade portuguesa, Mendes Correia irá lançar mão de três argumentos antropogeográficos, que são não só ‘estádios’ de evolução da ‘raça portuguesa’, mas também a expressão hermenêutica de tipos complementares de ‘objectividade’ científica: a ‘raça’ (antropológica), a ‘cultura’ (arqueológica), e o ‘povo’ (histórico).

No contexto da 'raça' esforçar-se-á denodadamente por nobilitar o 'tipo físico português', recusando a atribuição de caracteres das alegadas 'raças inferiores' aos povos pré-históricos que se demoraram no território. Para o efeito irá proceder sucessivamente à 'desneandertalização' do *Homo afer taganus* de Muge e à 'desafricanização' das raças do neolítico em diante.

No que diz respeito às 'culturas' arqueológicas, incidirá toda a sua atenção em demonstrar que a nacionalidade portuguesa tem uma expressão remota no 'neo-eneolítico', momento em que, assegurada a 'estabilidade antropológica da raça', e assim garantida a sua 'europeização', na variante do *Homo europaeus mediterraneus*, se pode começar a distinguir, ainda que dentro do vasto espaço de parentesco peninsular, uma identidade propriamente portuguesa.

Finalmente, no domínio dos 'povos' que a proto-história identifica no território, esforçar-se-á por demonstrar que os Lusitanos não sofrem alterações raciais e culturais significativas, sendo por isso os representantes dos momentos de estabilização antro-po-geográfica anterior, além que irão constiuir, sob Roma, a *primeira exteriorização voluntária de autonomia* que virá, por fim, a ter uma expressão política no século do conde Henrique:

Só quando Roma inicia a dominação do país é que o sentimento nacional se exterioriza numa resistência heróica, e são os próprios dominadores (...) que dão alento e forma a esse sentimento (...) mais tarde bem definido e concretizado numa massa homogénea, a Nação (CORREIA 1919: 33).

A súpula dos três, *consubstanciada na ligação directa que estabelece entre a chamada 'cultura dos castros' e a 'pureza racial'*, constructo de base estritamente (antropo)-geográfica, constituirá o elemento porventura mais eficaz da ilustração da sua própria visão do passado e da natureza do conhecimento do passado. Mendes Correia chamar-lhe-á o *solar lusitano*.

Primeira ruptura (Raça e Antropologia física)

Quando Mendes Correia escreve as sínteses sobre a pré-história de Portugal (CORREIA 1924; e 1928) já a polémica sobre a existência do homem terciário em Portugal se havia em parte desvanecido. Algumas décadas antes, porém, o tema inflamara a comunidade científica e mesmo o público não especializado. Alguns pequenos sílices e quartzites descobertos por Carlos Ribeiro no vale do Tejo, e nos quais o geólogo português e muitos outros investigadores internacionais pretenderam ver uma acção humana, levaram à discussão do tema em diversas reuniões dos Congressos Internacionais de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, especialmente na sessão de Lisboa, em 1880.

Mendes Correia veio também a incluir a investigação do homem terciário no seu programa científico (CORREIA 1919: 33; 1921: 141; 1923: 3), tanto que, se não em

Portugal, noutros lugares 'os indícios a favor da aparição do homem na era terciária cada vez vão tomando maior consistência' (CORREIA 1924: 147). Para isso procedeu a uma revisão dos materiais depositados no Museu dos Serviços Geológicos e até a uma exploração no local das descobertas de Carlos Ribeiro. Porém, o tema do homem terciário não ocupa na arqueologia pré-histórica de Mendes Correia nenhum lugar especial, uma vez que, à luz dos conhecimentos da época, o *Homosimius riberoi* não passa de uma 'arrojada conjectura'.

Sobre a existência de vestígios do homem paleolítico no território português já as dúvidas levantadas em relação ao alegado 'homem terciário' não se podem pôr. A esse tempo já estão identificadas com segurança variadas estações. A escassez de materiais não permite, porém, o mesmo tipo de caracterização cultural que tinha sido levada a cabo sobretudo em outras regiões da Europa, o que impede o investigador de português de poder incluir com segurança o território de Portugal nas duas áreas de influência dominantes que se desenham na Península. No contexto da teoria de Mendes Correia, a situação é especialmente agravada pelo facto de nas estações referidas se constatar uma quase ausência de restos osteológicos, reduzidos a um crânio de estratigrafia insegura e a uma mandíbula incompleta. Porém o autor haveria de introduzir, já neste contexto, o problema da filiação 'europeia' ou 'africana' do território português.

A área de influência europeia estaria directamente relacionada com a expansão do tipo físico do homem de *Cro-Magnon*, largamente difundido na Europa central, associada à expressão cultural 'superior' da arte franco-cantábrica; a área de influência africana revelar-se-a, por seu turno, numa indústria menos elaborada tecnicamente, do tipo 'capsiense', com que Mendes Correia associaria o tipo físico de *Combe-Capelle*, um esqueleto com traços 'proto-etíopicos', revelando, portanto, influências negróides.

É neste contexto que Mendes Correia sente a necessidade de introduzir o problema da eventual pervivência de traços neandertais no tipo físico do homem do quaternário superior, questão de grande transcendência no seio da antropogénese, uma vez que algumas características físicas do *H. neanderthalensis* indicariam uma posição inferior à do *H. sapiens* na escala evolutiva da espécie humana. nenhuns documentos, porém, 'permitiam apoiar essa sobrevivência' (CORREIA 1924: 160).

Mais importantes para a reconstituição da antropologia do tipo físico do homem pré-histórico português viriam a ser os *kjökkenmöddinger* descobertos no Vale do Tejo, embora sendo datados de tempos 'mesolíticos', isto é, constituindo já uma pervivência de indústrias paleolíticas na actualidade geológica. A importância destes achados radicaria sobretudo na

abundância de restos osteológicos que se detectaram inumados nos montículos de moluscos e restos de fauna que constituíam esses concheiros.

Ao mesmo tempo, no norte da Península, seria, justamente por esta altura, descoberta uma nova indústria lítica, o 'pico asturiense', cujo carácter fruste indicaria igualmente, para o norte da Península ibérica, uma involução cultural quando comparada com a cultura magdalenense que o havia antecedido. Tal seria especialmente evidente no domínio da *arte*:

Na transição do paleolítico para o neolítico a sua inferioridade vai-se acentuando, o *naturalismo desaparece* e as representações tornam-se mais esquemáticas e estilizadas. É uma verdadeira degenerescência do sentimento estético *equivalente à do exagerado simbolismo e do cubismo dos nossos tempos* (CORREIA 1924: 168).

Em qualquer dos sentidos que se marchasse, a transição pós-paleolítica indicava uma 'inferiorização' do tipo físico e da cultura arqueológica dos habitantes do território português.

No recinto específico em que nos pretendemos mover neste artigo, o da caracterização do programa antropológico de Mendes Correia, é porém mais importante o problema, para ele premente, de operar uma nobilitação do tipo físico do homem português.

A antropometria dos restos osteológicos de Muge revelariam que nela teriam convivido representantes de dois tipos físicos distintos. Por um lado, e claramente dominante em termos numéricos, um *dolicocéfalo*, de baixa estatura, que seria o protótipo do homem africano que se teria expandido, na Península Ibérica mas também na Europa, à custa dos representantes do tipo físico do *H. sapiens* de Cro-Magnon. A este grupo, deu Mendes Correia o nome de *Homo afer var. taganus*, isto é, uma variante local, 'do Tejo', do tipo físico do 'homem africano'. Com ele conviveria, em menor número, um tipo físico igualmente de baixa estatura, mas que apresentava um índice cefálico mais elevado, a que o autor deu o nome de *proto-braquimorfo* de Muge, de modo a sublinhar igualmente a sua constituição 'primitiva', diferenciando-o dos representantes *braquimorfos* recentes presentes nas populações europeias actuais.

A existência de índices osteométricos que denotavam inferioridade racial, quer entre os *dolicocéfalos* quer entre a minoria *braquicéfala*, levaram Mendes Correia a incluí-los nas raças alegadamente 'inferiores' que a antropologia começava a identificar em exemplares pré-históricos e entre as populações actuais.

É por esta razão que Mendes Correia cede algumas páginas dos seus escritos (CORREIA 1917: 221-237; 1918: 169-170; 1919: 55 e ss.; 1924: 169-175; 1928: 110-115) à intenção explícita de 'desneandertalizar' o homem de Muge, ainda que, em face, dos valores que a antropometria lhe fornece, seja obrigado a incluí-lo na série das mais 'primitivas' raças

pré-históricas e actuais. Assim, em relação ao *Homo afer* var. *taganus*, Mendes Correia poderá afirmar que

não é nem neandertaliano, nem cro-magnoniano, nem de raça Chancelade, nem do tipo de Baumes-Chaudes, nem idêntico ao *mediterrâneo* ou ao tipo médio português actual. É um tipo que tem caracteres negróides (...), alguns australóides (...) e mesmo uma estatura baixa, aproximando-os dos pigmeus africanos. Dos tipos quaternários da Europa, seria o proto-etiópico *Homo aurignacensis* o que com ele mais semelhanças possuiria... (CORREIA 1924: 175)

Ao contrário de outros períodos da pré-história, o neolítico, em Portugal e no resto da Península, irá fornecer a Mendes Correia uma relativa abundância de informação osteométrica que permitirá retomar o fio da evolução do tipo físico da 'raça portuguesa'. Porém, paradoxalmente ou não, esta abundância não deixa de causar alguma perturbação 'factual' na simplicidade do modelo evolucionista com que, consciente ou inconscientemente, o autor estrutura o seu programa antropogeográfico da pré-história, uma vez que 'de todas essas observações se conclui a heterogeneidade antropológica da população neolítica de Portugal' (CORREIA 1919: 53).

A possibilidade de 'cobrir' o mapa peninsular com manchas de tipos físicos equivalentes torna-se, em face das informações providenciadas pelos achados osteológicos, de mais difícil execução, pelo menos quando comparado com os momentos do paleolítico-mesolítico.

O tipo dominante, permanece, porém, o dolicocéfalo, que está presente em Nisa, Montejunto, Alcobertas e Folha Barradas, sendo porém *distinto* do *H. afer taganus* de Muge, e mais próximo do exemplar neolítico de Baumes-Chaudes. Se anteriormente Mendes Correia tivera o cuidado de excluir o *H. neanderthalensis* da antropometria do homem de Muge, tem agora a possibilidade de distinguir deste o tipo físico do homem neolítico. Formas intermédias, sub-dolicocefalas e mesaticéfalas podem encontrar-se em estações do Algarve, em Cesareda e Montejunto. Valores braquimorfos encontravam-se em Casa de Moura, Liceia, Carvalhal e Algarve. O crânio de Liceia constituía um elemento especialmente crítico no fio da evolução do tipo físico em território português pela razão de que apresentava uma antropometria demasiado próxima da do *protobraquimorfo* de Muge, o que parecia demonstrar uma possibilidade real de manutenção de caracteres inferiores da raça já em tempos mais recentes.

Uma variabilidade tão grande entre os achados osteológicos impede Mendes Correia de poder escolher o neolítico como o momento fundador, em termos antropológicos, da 'raça portuguesa'. De facto, a população neolítica não apresenta nem no seu tipo físico, nem na sua cultura 'uma individualidade étnica de tal modo perfeita que seja lógico ir buscar a tão remota data a origem *natural* [s.n.] da nacionalidade' (CORREIA 1919: 53). Também por esta razão, para a teoria de Mendes Correia é adequada a *fusão* que a nomenclatura da arqueologia da época promove entre o neolítico e o 'eneolítico', numa única periodização da

pré-história: o *neo-eneolítico*. É que, ao contrário da variabilidade da antropologia neolítica, a arqueologia do calcolítico permite uma visão bem estruturada do espaço peninsular e da identidade da sua margem ocidental.

Porém, a teoria racial de Mendes Correia contempla, neste momento, a possibilidade de não só proceder à *abolição* do *Homo taganus* da nova árvore genealógica da ‘raça portuguesa’, como a de enxertar nela um ramo que virá a tornar-se o tronco principal da etnogenia portuguesa: o homem de *Baumes-Chaudes*:

Assim, uma síntese dos resultados referidos conduz-nos a admitir na composição antropológica da população neo-eneolítica do território português diversos elementos. O predominante, dolicocefalo, de estatura inferior à mediana, ortognata e de nariz mais estreito do que o do *H. taganus*, não deve, pelo que foi exposto, identificar-se com este tipo epipaleolítico e de afinidades negróides e australóides, mas com o tipo neolítico de Baumes-Chaudes-Homme-Mort que, a nosso ver, parece constituir um primitivo representante da actual raça *mediterrânea* ou *ibero-insular*, dominante na população portuguesa de hoje. Estas identificações conduzem a uma *dupla conclusão*: que há uma certa *descontinuidade antropológica* entre os povoadores epipaleolíticos do território e os neo-eneolíticos; e que, pelo contrário, estes últimos apresentam já na sua composição etnogénica, como elemento principal, precisamente o *mesmo tipo somatológico que predomina na gente portuguesa da actualidade*. (CORREIA 1924: 216)

No todo peninsular, esta ‘invasão’ do homem de Baumes-Chaudes, obrigando a um ‘refluxo capsense’, espécie de ‘Reconquista’ dos tempos neolíticos, recuperava para o lado ‘europeu’ aquilo que as invasões ‘africanas’ teriam conquistado nos momentos finais do paleolítico e durante todo o epipaleolítico-mesolítico.

Deste modo, ficava assegurada a identidade ‘europeia’ do tipo físico dominante da ‘raça portuguesa’. A primeira das rupturas que atrás enunciámos, cumpria-se neste passo. Para Mendes Correia, a ‘primeira fundação’ de Portugal, a da ‘raça’, ocorre neste preciso momento, quando o homem de Baumes-Chaudes se instala no território português, e garante à ‘raça portuguesa’ a participação no tipo antropológico do *H. europaeus mediterraneus*. Garantido o ‘europeísmo’ dos portugueses, tornava-se agora necessário a sua progressiva autonomização do resto dos povos peninsulares.

Segunda ruptura (Cultura e Arqueologia)

Garantida a estabilidade racial na constituição da ‘raça peninsular’, seria nas ‘culturas arqueológicas’ que Mendes Correia procederá à identificação de uma individualidade no ocidente da Península, ao esboço de um arquétipo da nacionalidade ‘portuguesa’. E, neste caso, Mendes Correia não faz mais do que acompanhar as ideias de um dos mais operosos e influentes arqueólogos do seu tempo: Bosch-Gimpera.

Após o período de natural confusão ‘arqueológica’ que os alegados movimentos de povos do neolítico tinham provocado no registo peninsular, a realidade arqueológica começa progressivamente a estabilizar (CORREIA 1928: 139-140). A Península torna-se então sede

de processos regionais de diferenciação, de tal modo que, no 'eneolítico' pleno, o investigador catalão pôde identificar quatro 'áreas culturais' relativamente homogéneas: uma área cultural pirenaica, uma área sud-ocidental, uma área central, correspondente à 'cultura das grutas e cavernas' e, finalmente, uma área ocidental, correspondente à cultura megalítica 'portuguesa'.

Esta identidade 'ocidental' arqueológica da Península não se desvanece nas idades seguintes, bem antes pelo contrário (CORREIA 1919: 62). É possível, apesar da escassez de documentos, reconhecê-la ao longo das idades do bronze e do ferro, respectivamente na distribuição dos machados do bronze final, ao longo de toda a idade do ferro, e, para usar a expressão do próprio Mendes Correia, *com raízes profundas o tempo*, na 'cultura dos castros'.

Apesar de os documentos do bronze não serem muitos abundantes ao tempo em que Mendes Correia escreveu as suas primeiras sínteses sobre a pré-história de Portugal, não lhe é impossível, ainda assim, sustentar a teoria da manutenção de uma identidade 'cultural' do ocidente da Península em sequência da que se havia estabelecido para o eneolítico.

Os machados de bronze eram, a esta altura, o principal indicador de distribuição das 'áreas culturais', e haviam sido já submetidos a uma tentativa de sistematização e integração nas equivalentes europeias por parte de Dechelette.

Dos vários tipos de machados de bronze que se podem detectar em estações portuguesas, será o de 'talão com dois anéis', com uma cronologia do bronze tardio, e portanto com uma especial competência para ser o elo de ligação com a 'cultura dos castros' da idade do ferro, aquele cuja mancha de distribuição aponta para uma manutenção de individualidade geográfica do ocidente da Península, embora recuando para uma restrição setentrional. É o machado de tipo 'ibérico' mas a que Obermaier viria a chamar de 'galaico-português', denominação mais restrita, precisa, e mais adequada para que se identificassem as eventuais raízes antigas da 'cultura dos castros' em cronologias mais antigas do bronze.

As características mineralógicas do território português, rico em metais necessários à metalurgia do ferro, estanho a norte e cobre a sul, e relativamente pobre em ferro, poderia mesmo sustentar a hipótese de que os tipos de machados de bronze mais tardios pudessem estender a sua cronologia até momentos bem entrados da idade do ferro.

Em Mendes Correia, e no contexto da arqueologia das idades dos metais, e especialmente da idade do bronze, uma outra preocupação foi complementar da da identificação de um suporte arqueológico da identidade cultural no ocidente da Península. Tratava-se de, em relação directa com a preocupação anterior, demonstrar que os

movimentos de povos que ocorreram na Península ao longo de estes tempos não teriam sido suficientes para pôr em questão essa mesma identidade – nem por mescla antropológica, *i.e.*, de novos tipos físicos de outras raças, nem por difusão ou dos novos elementos culturais. A sua intenção é tão mais notória quando o próprio Mendes Correia reconhece que o tem de fazer contra um estereótipo dominante no difusionismo europeu, o *ex oriente lux*, que tenderia a sobrevalorizar as influências orientais, sobretudo do Mediterrâneo, na explicação dos fenómenos culturais. Também em Portugal, alguns *anacronotopismos*³ foram denunciados por Mendes Correia, como por exemplo o que pretendia filiar na arte micénica alguns motivos decorativos de Briteiros e Sabroso. Para Mendes Correia não há dúvidas de que ‘se tem exagerado as relações e influências culturais do oriente mediterrânico para com a Península, durante as primeiras idades dos metais e mesmo mais tarde’. E estando relativizada a influência ‘orientalista’ na definição das áreas culturais do ocidente da Península, com maior pertinência se poderia defender o carácter indígena das civilizações do metais:

Torna-se flagrante a sugestão poderosa que sobre muitos espíritos exerceram as brilhantes explorações de Micenas, de Creta, de Chipre, do Egipto, da Ásia anterior. (...) [M]as a verdade é que esses contactos não se traduziram, em toda a idade do bronze ou nas fases imediatamente anteriores, *pela mais ligeira diminuição daquela individualidade e autonomia* [do ocidente]. Pelo menos, assim o atesta, no seu estado actual, o pecúlio arqueológico peninsular (CORREIA 1924: 239-40 [s.n.]).

De acordo com o quadro cultural que Bosch-Gimpera desenha para a idade do ferro peninsular, e que Mendes Correia acompanha nos traços essenciais, não é possível detectar uma arqueologia paralela à que vinha sendo traçada para a idade do ferro da Europa central e oriental. Por um lado, verificava-se a ausência, em quase todo o território peninsular, de uma expressão propriamente ‘hallstattiana’, para o ferro inicial, justificada, em parte e como já se fez referência, pela pervivência do bronze final, ainda que se pudesse preencher essa lacuna com a área cultural dos ‘punhais de antenas do noroeste e do centro da Península’ (CORREIA 1924: 253). Por outro lado, no que dizia respeito à segunda idade do ferro, não pareciam encontrar-se documentos arqueológicos suficientes que permitissem enquadrar a idade do ferro peninsular tardia nas expressões contemporâneas de La Tène.

A segunda idade do ferro, com documentos arqueológicos mais abundantes, permitia, ainda assim, deduzir a existência de diversas áreas culturais peninsulares, no quadro de uma oposição entre a ‘cultura ibérica’, mais meridional, e uma cultura pós-‘hallstattiana’ no

³ Parece-nos que ‘anacronotopismo’ é um termo preferível a ‘anacronismo’ como indicação breve de conteúdo duma incongruência entre duas expressões culturais. O primeiro faz apenas referência à ‘descontinuidade’ *temporal*, mas não à ‘descontiguidade’ *espacial* que o segundo, com vantagem contém.

centro, assim chamada por deter mais semelhanças com os momentos anteriores da idade do ferro europeia do que com aqueles de que era contemporânea. Tratar-se-ia, portanto de uma 'evolução local', ao longo da segunda idade do ferro, dos modelos culturais da primeira idade do ferro da Europa central. Esta cultura pós-'hallstattiana' apresentaria uma expressão típica no ocidente da península associada à 'cultura dos castros portugueses'.

É na caracterização desta parte ocidental da cultura pós-'hallstattiana', e no que diz respeito ao encontro civilizacional entre 'celtas' e 'iberos', que nós podemos reencontrar a intenção de Mendes Correia em recuperar o fio da evolução da 'raça portuguesa' no sentido de demonstrar a sua irredutibilidade e originalidade. É o que parece revelar, quando afirma que 'nem a cultura post-hallstattiana do centro e do norte pode considerar-se património exclusivo dos Celtas nem a cultura ibérica do S. e E. significa necessariamente mais do que uma evolução cultural dos povos da Península em contacto mais directo com as influências mediterrânicas' (CORREIA 1924: 262).

No modelo de Bosch-Gimpera, e com o apoio de documentos arqueológicos, a cultura 'ibérica' do sul e leste da Península teria-se-ia, por volta do século terceiro, difundido pelas áreas em que era dominante a cultura pós-'hallstattiana', para norte e para oeste. Esta difusão, acreditava o investigador espanhol, teria sido acompanhada pelo movimento dos povos correspondentes. Os Lusitanos, assim considerados como povos de origem meridional e de estirpe ibérica, consistiriam na frente ocidental desta corrente migratória, como o demonstraria a existência de documentos arqueológicos da cultura ibérica em lugares da faixa ocidental, inclusivamente em 'castros', como Briteiros ou Guifões.⁴ A tese de Bosch-Gimpera, ao implicar uma descontinuidade 'cultural' no registo arqueológico do ocidente da Península, punha directamente em causa a possibilidade, central no programa de Mendes Correia, de poder estender no tempo a identidade da 'cultura portuguesa' que supunha originária das culturas do 'eneolítico'. Por isso, não surpreende que Mendes Correia ponha em questão este ponto específico da teoria:

[Q]ue em peças isoladas, algumas mesmo pouco típicas, dos castros do N. de Portugal esteja a prova arqueológica da invasão ibérica, da penetração dos Lusitanos, que no fim do séc. III teriam atingido o Oceano Atlântico (...) é mais duvidoso (CORREIA 1924: 265).

São de vária ordem os argumentos que Mendes Correia irá brandir para pôr em questão as hipóteses emanadas de uma autoridade tão indiscutível como era a de Bosch-Gimpera,

⁴ Mendes Correia não deixará de notar que a hipótese de uma difusão ibérica por via *marítima* podia, com mais simplicidade, explicar a distribuição dos achados em território português: 'Note-se, porém, que os modelos ibéricos não aparecem nas estações do *hinterland* lusitano, como seria de esperar se este povo tivesse resultado de um movimento de Iberos, no séc. III, de leste para oeste, como pretende Bosch' (CORREIA 1928: 179).

mas incluindo-se todos no pressuposto comum de que nenhum dos centros de difusão cultural da idade do ferro poderia pôr em causa a identidade cultural do ocidente da Península, fossem eles mediterrânicos (fenícios, cartagineses ou gregos), continentais (celtas europeus), ou peninsulares (iberos e pós-'hallstattianos'), nem o carácter original da 'cultura dos castros portugueses'.

Embora supusesse que a distribuição da área cultural dos 'castros' pudesse incluir territórios meridionais, excluindo sempre a cultura 'cinética' do extremo sul, mais aparentada com a tartéssica, Mendes Correia não deixa de fazer notar que, não só 'é no Norte que a cultura reconstituída é mais típica', como 'para a totalidade ou quase totalidade dos castros não é descabido procurar as origens remotas em tempos proto-históricos e as de muitos mesmo em tempos pré-históricos (CORREIA 1924: 269 e 276). Apesar do predomínio da cultura pós-'hallstattiana', o fundo cultural dos castros, cuja maioria seria não apenas pré-romana como 'originariamente pré-céltica', revelaria, na rude originalidade dos indígenas, a 'sobrevivência das formas arcaicas':

Se os documentos do maior número dos castros não autorizam a atribuir a estes uma cronologia inicial anterior à idade do ferro e mesmo à 2.^a idade do ferro, não é descabido supôr que a cultura castreja pré-céltica tenha os seus modelos pobres, rudes e ingénuos em culturas muito remotas do país (...) Apesar de aberto em grande parte ao mar, o ocidente da Península constituiu também durante muito tempo *uma região sertaneja* [s.n.], ainda talvez mais dificilmente acessível às influências culturais da Europa e do Mediterrâneo (CORREIA 1924: 301).

Terceira ruptura (Povo e História)

Garantida a estabilidade antropológica da 'raça' do *Homo europaeus mediterraneus* desde o neolítico, e fundamentada a continuidade da identidade da 'cultura material' do ocidente desde o calcolítico através das idades do bronze e do ferro, resta a Mendes Correia demonstrar que também a nacionalidade, a 'consciência' de um povo, detém uma antiguidade venerável que subtrai a autonomia do País ao jogo fortuito das circunstâncias.

Essa demonstração será feita já no recinto da história, e será aos 'lusitanos' que Mendes Correia irá atribuir a *primeira exteriorização* desse sentimento de autonomia:

A arqueologia mostrou-nos já o cunho indelével do génio nacional e a relutância do indígena em receber a cultura estranha. *Com as guerras entre lusitanos e romanos, com os feitos heróicos de Viriato, nasce a epopeia portuguesa e surge a Nação* (CORREIA 1924: 75 [s.n.]).

A questão das origens de Portugal e a ordem de argumentos com que Herculano despedia a possibilidade de ver nos lusitanos os antecessores dos portugueses está bem presente na afirmação de Mendes Correia, quase sobreposta à do historiador, quando afirma que se a 'Lusitânia não se ajusta perfeitamente às fronteiras do Portugal de hoje e não há uma sinómia rigorosa entre lusitano e português, é inegável que os lusitanos

constituem entre os indígenas históricos do território o núcleo mais importante da futura população portuguesa' (CORREIA 1919: 74-75).

Um dos primeiros argumentos propriamente 'históricos' que Mendes Correia utiliza para dar corpo à ideia de um sentimento nacional encarnado nos lusitanos, passa pela sugestão da sua permanência no território.

No *corpus* documental mais antigo, tem lugar destacado a geografia de *Ophiussa*, extremidade ocidental da Península Ibérica, alegadamente da primeira idade do ferro, retratada na *Ora Maritima* de Avieno. Nesse texto, Mendes Correia, sugere uma correcção ao verso 196 que refere que no norte de *Ophiussa* se demoraria o 'ágil *Ligus*' (já de si, também, uma alteração introduzida por Schrader), que substitui por '*Lusis*', pretendendo assim fixar a presença dos lusitanos no ocidente peninsular alguns séculos antes do que o faziam as referências do mesmo povo na descrição dos exércitos cartagineses no contexto das guerras púnicas.

Por outro lado, a *Ora Maritima* de Avieno fazia referências a povos que subitamente se desvaneciam nas fontes posteriores, como os Draganes, Cempses ou Saefes, povos que eram, segundo a crítica, aqueles que justamente corresponderiam à fachada ocidental da Lusitânia, especialmente da região que viria a ser ocupada pelos lusitanos das fontes mais tardias. Neste caso, Mendes Correia oscila entre a defesa da tese de um 'ocidente ignoto', cuja expressão ainda era visível nas contradições e confusões dos autores das épocas mais próximas da dominação romana do território, e a tese de que esses povos seriam, dada a sobreposição das suas áreas de influência, os mesmos que as fontes mais tardias apelidariam de celtas.

Ao sublinhar, especialmente, o carácter desconhecido do ocidente para os autores gregos e romanos, Mendes Correia reforçaria a ideia de que a nomeação dos povos poderia traduzir uma relativa liberalidade de identificação étnica, dentro da qual caberia o agrupamento sob uma mesma denominação uma série de povos afins, nomeadamente calaicos e lusitanos, que 'a arqueologia não permite distinguir' e 'os textos irmanam' (CORREIA 1919: 74; 1928: 183).

Neste contexto, o nome 'lusitanos' designaria, ao mesmo tempo, não só uma série de povos do ocidente peninsular de costumes, passado, cultura e língua afins, como também, e *especialmente* um dos seus constituintes que, pela valentia demonstrada na resistência à ocupação romana, ganha o direito de nomear todo o ocidente.

É esta componente *especial* dos povos do ocidente peninsular que, sob as ordens de Viriato, mais demorou a penetração romana na Península. E é a ela, *especificamente*, que Mendes Correia sente que a 'raça portuguesa' deve, não só a primeira exteriorização da

nacionalidade, como, o que para Mendes Correia é sinónimo, é também a que melhor guardou as características da ‘pureza da raça’ portuguesa – o *solar lusitano*.

3. O ‘solar lusitano’

O *solar lusitano* de Mendes Correia é mais do que uma analogia do ‘povo português’, é a ilustração ‘exemplar’ da sua própria pesquisa científica, é a visão *paradigmática* que Mendes Correia detém da *história e futuro de Portugal*.



Figura 1 – O ‘solar lusitano’ de Mendes Correia

Fonte: A. M. Correia, ‘Valencianos e Portugueses’, 1933, (adaptado)

O *solar lusitano* é, antes de mais, uma *raça*.

É o ‘tipo mediterrâneo ou ibero-insular, que se filia decerto na raça de Baumes-Chaudes, já representada nas estações eneolíticas do país’ (CORREIA 1919: 93). Uma raça que teve origem no neolítico e se mantém quase inalteradamente dominante no ocidente da Península. Por essa razão, quando, ao relancear ‘a vista pelas cartas antropológicas de outros países da Europa, se nota o complicado mosaico de tipos regionais que neles se encontram, naturalmente se acentua no nosso espírito a impressão de homogeneidade que Portugal sugere (CORREIA 1919: 95)’.

Um tipo físico que nos surge em grutas de Palmela, no calcolítico, em necrópoles luso-romanas em Vila Franca de Xira e Figueira da Foz. E a que as invsões dos tempos históricos, germânicos e normandos, árabes e judeus, índios e negros, não puderam fazer perder a originalidade. A todos a raça original absorvia e eliminava na absoluta objectividade das medições osteométricas.

Isto mesmo tornou patente a enorme série de medições que a antropologia física promoveu do ‘português actual’: Eusébio Tamagnini, Santana Marques, Mendes Correia, e tantos outros, a ‘falange’ portuguesa que juntamente com os seus colegas espanhóis, Aranzadi, Hoyos Sainz, Sanches Fernández, etc., constituíram o corpo expedicionário peninsular que haveria de levar a cabo o levantamento completo das características

antropométricas dos povos ibéricos. A conclusão não varia: 'O dolicocefalo baixo e moreno, do tipo ibero-insular ou mediterrâneo, conquistou uma primazia indiscutível (CORREIA 1919: 93).

O solar lusitano é, também, um lugar.

É a área geográfica em que o tipo físico da raça de Baumes-Chaudes 'se encontra *mais puro* porque se situa nas recônditas regiões montanhosas em que os *acidentes naturais o isentaram da transfusão do sangue estranho*' (CORREIA 1919: 93). Mais do que uma geografia, em Mendes Correia, estamos em presença de uma *alquimia*. As regiões interiores do norte de Portugal são assim um lugar essencializado na antropogeografia deste autor, porque, apesar de terem 'em todos os tempos, abrigado gentes de tão diversas origens', são as mais homogêneas 'do ponto de vista somatológico' (CORREIA 1919: 81). Elas são, enfim, e 'adoptando a teoria das raças puras', o repositório do valor 'histórico e social dos portugueses' (CORREIA 1919: 81). Talvez por tudo isto Mendes Correia termine a sua síntese de divulgação sobre a *Lusitânia pré-romana* com uma referência à Cava de Viriato.

O solar lusitano é, finalmente, um programa eugénico.

Quando, no início deste trabalho, enunciámos uma distinção entre as margens *descritiva* e *prescritiva* da extensão da metáfora biologista aos fenómenos humanos, queríamos justamente destacar o modo como a 'antropogeografia pré-histórica' de Portugal pode ser mais do que uma aplicação concreta ao estudo do passado deste tipo de pensamento científico. Em alguns casos, engloba-se num projecto mais vasto de *prescrição social* e pode ser o *fundamento temporal* de um programa de 'reabilitação nacional' que inclui o presente e se estende na direcção do *futuro*:

Longe de mim concluir que a raça está inteiramente perdida, que a população portuguesa está condenada a perecer em breve numa selecção inexorável. Eu confio nos agentes automáticos de depuração natural e na sobrevivência de gerações fortes. Mas é preciso *não esperar* que a natureza, cruelmente ceife as existências de pobres criaturas que nasceram fracas, doentes ou predispostas à doença. De resto, sobrevivem, mercê da terapêutica e da higiene, muitos indivíduos que atravessam a vida *contagiando os sãos*, desfalcando terrivelmente a saúde, a tranquilidade, a *economia* e a *moralidade* públicas. Governar (...) é também *seleccionar*. (...) [R]ecuse-se o direito de dar a vida a alienados, a epilépticos, a degenerados, a criminosos, a vagabundos, a estropiados físicos e psíquicos, a mendigos profissionais, a alcoólicos, a sífilíticos [para] evitarmos que aos barões robustos retratados nas tábuas atribuídas a Nuno Gonçalves, essa *falange* vitoriosa de *gigantes* e heróis, não venha um dia suceder, num triste *fim de raça*, uma geração miserável e incapaz, de ineptos, de malvados, de covardes, de dissipadores, de preguiçosos, de impotentes, de tarados, de estropiados de corpo e alma (CORREIA 1928: 6-7).

Mas o que talvez mais impressione, dentre a violência, pelo menos retórica, destas palavras, seja a referência concomitante da *economia* e *moralidade*.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (2004) – *Para uma sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70.
- Catroga, F. (1998) – ‘História e ciências sociais em Oliveira Martins’, in L. R. Torgal *et al.* (coord.), *História da História de Portugal, Vol. I, A história através da história*, s.l., Temas e Debates.
- Correia, A. M. (1917) – ‘À propos des caractères inférieurs de quelques crânes préhistoriques du Portugal’, *Arquiv. Anat. e Antr.*, vol. III, Lisboa.
- (1918) – Estudos de Etnogenia Portuguesa. Os habitantes primitivos do território. Lisboa.
- (1919) – *Raça e Nacionalidade*, Porto, Renascença Portuguesa.
- (1921) – *Homo*, Coimbra.
- (1923) – ‘Novas discussões sobre a origem do homem’, *Trabalhos da Soc. Port. Antr. Etnol.*, vol. II, fasc. I, Porto, p. 3 e ss.
- (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, Figueirinhas.
- (1927) – *O problema eugénico em Portugal*, Actas do Congresso Nacional de Medicina (Porto, Junho de 1927), Porto, p. 1-8. Publicação em separata.
- (1928) – ‘Lusitânia pré-romana’, in D. Peres (dir.), *História de Portugal*, Porto, Ed. Barcelos.
- (1933) – ‘Valencianos e Portugueses’, in *Homenagem a Martins Sarmiento*, Porto, p. 242-254.
- Garcia, J. C. (2003) – ‘Orlando Ribeiro e a arqueologia’, in V. O. Jorge (coord.) *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, p. 193-203, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- e J. R. Pimenta (2004) – ‘Os Livros de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931): Ciência, Ensino e Divulgação’, in *Livro de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. III, p. 545-559.
- Godinho, V. M. (2004) – *Portugal, a emergência da uma nação*, Lisboa, Ed. Colibri.
- Herculano, A. (1986) – *Opúsculos – Vol. V*, Lisboa, Presença.
- Martins, O. (1994) – *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Pimenta, J. R. (2004) – ‘Introdução’, in *Obras de Silva Telles – A ciência geográfica*, Lisboa, Associação Nacional de Geógrafos, p. I-XXXV.
- Ribeiro, O. (s.d.) – ‘Portugal, Formação de’, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. V, p. 130-149.
- Ribeiro, O. (2001) – *Introduções geográficas à história de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. João Sá da Costa.
- Trigger, B. (1989) – *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press.